



Entrevista Domingues de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas

“Há indícios de um autismo exacerbado no funcionamento do fisco”

Para o representante dos técnicos oficiais de contas, a actual equipa do Ministério das Finanças está no caminho certo, ao pôr as garantias dos contribuintes acima de tudo o mais

Vítor Costa

● A administração fiscal tem de ser forte, musculada e actuante, segundo o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. No entanto, para Domingues Azevedo, isso não pode, de forma alguma, levar a uma actuação ilegal.

Como avalia a actual actuação da administração fiscal (AF)?

A AF tem neste momento um conjunto de meios que lhe permitem cumprir a sua missão de forma muito mais eficiente. Mas, atenção, há alguns indícios, que poderão ser considerados preocupantes, de algum autismo exacerbado no seu funcionamento e na própria conceptualização da prestação do serviço público.

O que quer dizer?

Escudada num pressuposto de boa-fé, em que assenta todo o desenvolvimento de carácter público, há algumas interpretações que estão literalmente a empurrar os contribuintes desnecessariamente para os tribunais.

Dentro do fisco, o argumento é o de que essas críticas provêm dos grandes escritórios de advogados em Lisboa, por também estarem a ser ‘vítimas’, nomeadamente, das penhoras...

Não tem nada que ver com as penhoras. Nunca estive contra as penhoras automáticas. Uma instituição ou qualquer cidadão cioso dos seus deveres nunca poderá estar contra a eficiência da AF. Uma administração lasciva, que não actue ou que seja inoperante, acaba por ser a pior coisa para o contribuinte cumpridor. Por isso, temos de exigir uma AF forte, musculada, actuante e que apanhe os prevaricadores. Mas não pode, de forma alguma, a pretexto desta vitalidade, cometer ilegalidades. E há algumas ilegalidades, não só nas penhoras.

Pode exemplificar...

Nas penhoras, por exemplo, há casos em que se procede a vendas sem notificar os contribuintes da constituição da penhora ou da marcação da praça. É ilegal. A Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) e as Finanças asseguram que avisam os contribuintes, pelo menos três vezes...

Quando avisam, mas há casos em que não avisam e conheço alguns. O contribuinte fica praticamente desprotegido, sem poder fazer nada.

O que se deve fazer numa situação destas?

Só pondo uma acção em tribunal contra o Estado por omissão do cumprimento das suas obrigações. Isso tem custos...

Pois é. E isso levanta uma questão pertinente. Imagine que a AF lhe vem dizer que deve dez mil euros de IVA. Você não está sequer colectado e dizem-lhe que é devedor, qual é a sua reacção? Nem liga... E a questão que se deve colocar é por que é que há-de reagir? Se o Estado, quando lhe presta um serviço, cobra o que tem direito a cobrar, quando você diz

ao Estado que ele está a errar, no mínimo deve ter direito a cobrar ao Estado o custo da sua deslocação para o esclarecer que ele errou.

Os casos de penhoras indevidas são o maior problema da DGCI?

Dizemos uma coisa simples: funcione-se com as penhoras automáticas, mas quando forem devidas. E isto pressupõe que o mecanismo não pode ser automático, tem de ser acompanhado por pessoas, e quando um contribuinte reclama, a penhora tem de parar.

Não é o que acontece?

Quando você reclama, levam um ano a analisar a reclamação e o processo de penhora anda automaticamente. Daqui a um ano, quando lhe derem razão, a sua casa já está vendida.

As Finanças garantem que as queixas apresentadas pelos contribuintes são de valor insignificante...

Nem que seja só um caso. Um cidadão tem direito a ser respeitado. E não vou dizer que seja uma percentagem muito grande, mas as percentagens que conheço não são tão pequenas quanto isso...

São de quanto?

Não posso extrapolar. Mas há muitos. Quer outro erro de funcionamento que estava a acontecer? Se você devesse dez euros, eles penhoravam-lhe uma conta bancária de dez mil euros.

As Finanças dizem que esse era um erro dos bancos...

O culpado é sempre o vizinho do lado. Houve situações dramáticas. E a prova de que as coisas não estavam bem é o próprio despacho do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) no sentido de que haja mais humanização. Falta em muitas situações o apego à lei e é preciso que esse apego comece a ser uma das orientações fundamentais. Estamos num Estado de direito e os contribuintes têm deveres, mas também têm direitos. Exija-se-lhes os deveres, mas reconheça-se-lhes também os direitos.

Parte-se do princípio de que o Estado cumpre a lei...

O grande problema é que se parte do princípio, mas devia partir da prática. E muitas vezes a prática



“Falta em muitas situações apego à lei e é preciso que esse apego comece a ser uma das orientações fundamentais. Um cidadão tem direito a ser respeitado”

não é essa.

A que se deve essa situação?

São reminiscências de um passado recente. A actual equipa das Finanças está a seguir o caminho certo. Põe acima de qualquer outra coisa os direitos dos contribuintes, sem esquecer os seus deveres. E quando ouço o actual SEAF dizer que quer responder às reclamações dos contribuintes em tempo útil, isso é muito bom e também é um recado para o interior da própria instituição.

Há um braço-de-ferro entre a DGCI e o actual SEAF?

É maldade perguntar isso. Não se vive nem faz sentido haver esse braço-de-ferro. Houve uma transição no interior da AF para uma intervenção forte e musculada e esse tipo de intervenção não foi bem entendido por alguns responsáveis. Não há braço-de-ferro, poderá haver algumas reminiscências de compreensibilidade de alguns comportamentos anteriores e que hoje é preciso modificar.

Tem memória de ver despachos de um SEAF a mandarem os serviços cumprir a lei?

Se é o próprio SEAF que sente a necessidade de o fazer, poderá aquilatar-se ao nível a que as coisas chegaram.

A DGCI tem vontade própria?

A DGCI é uma instituição com uma grande história, uma instituição de sacrifício de muita gente, é uma instituição de tradições muito positivas. Os últimos anos não foram, provavelmente, dos melhores, talvez porque as pessoas



PEDRO ELIAS

estivessem sob demasiada pressão. E também, diga-se, em alguns domínios houve abusos por parte dos contribuintes. São instituições que têm uma longa história de grande mérito e como tal não podem ser diabolizadas e serão capazes de reconhecer que nalguns domínios é necessário mudar. Por um burro dar um coice não se lhe corta a perna.

Os tribunais dão garantias de solução aos contribuintes?

Numa parte muito significativa dos processos, os contribuintes têm razão. São processos em que há algum exagero da administração e algum corporativismo entre funcionários. Algumas destas situações poderiam ser resolvidas através de comissões de conciliação em que colocaríamos em pé de igualdade técnicos competentes, interesses conflituantes - sujeitos passivos e DGCI - e em função destas comissões se chegasse a um consenso.